

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

| DESTAQUES (R\$ MM) 4T22 | 4T22 | 4T21 | Δ% | 2022 | 2021 | Δ% |
|-------------------------|-------|-------|-------|---------|-------|------|
| Margem Bruta | 1.421 | 1.311 | 8% | 5.450 | 4.802 | 13% |
| EBITDA | 1.022 | 970 | 5% | 3.956 | 3.477 | 14% |
| Resultado Financeiro | (361) | (293) | 23% | (1.315) | (757) | 74% |
| Lucro Líquido | 387 | 431 | (10%) | 1.567 | 1.669 | (6%) |

| INDICADORES OPERACIONAIS | | | | | | |
|-------------------------------|--------|--------|------------|--------|--------|------|
| Energia Injetada (GWh) | 6.315 | 6.248 | 1,1% | 25.080 | 24.948 | 0,5% |
| Energia Distribuída (GWh) | 5.451 | 5.387 | 1,2% | 21.381 | 21.265 | 0,5% |
| Número de Clientes (mil) | 6.482 | 6.352 | 2,0% | | | |
| DEC anualizado (horas) | 11,54 | 11,29 | 0,25 | | | |
| FEC anualizado (interrupções) | 5,06 | 4,85 | 0,21 | | | |
| Perdas de Distribuição (%) | 14,63% | 14,77% | (0,14p.p.) | | | |

| Indicadores Financeiros de Dívida ¹ | 2022 | 2021 | Varição |
|--|------|------|---------|
| Dívida Líquida ² /EBITDA ³ | 3,01 | 2,87 | 0,14 |
| EBITDA/Resultado Financeiro ³ | 3,01 | 4,59 | (1,58) |
| Rating Corporativo (S&P) | AAA | AAA | |

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:
 • EBITDA Caixa (ex-VNR) de R\$ 846 milhões no 4T22 (+14% vs. 4T21) e de R\$ 3.346 milhões em 2022 (+23% vs. 2021);
 • Lucro de R\$ 387 milhões no 4T22 (-10% vs. 4T21) e de R\$ 1.567 milhões em 2022 (-6% vs. 2021);
 • R\$ 2.626 milhões de Capex em 2022, maior parte dedicada à expansão da rede;
 • Arrecadação no 4T22 de 99,86%, acima do observado no 3T22 e no 4T21;
 • DEC de 11,54h (abaixo do regulatório de 13,40h) e FEC de 5,06x (abaixo do regulatório de 7,35x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A superação das adversidades valoriza ainda mais as conquistas. Encarando uma realidade de incertezas socioeconômicas e desafios operacionais, a Neoenergia Coelba sai ainda maior de 2022. Na esteira do seu crescimento, a empresa segue impulsionando o ritmo de investimentos e contribuindo de forma determinante para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Com a ligação de energia para 220 mil novas unidades consumidoras, já são mais de 6,4 milhões de clientes atendidos pela distribuidora.

No quinto ano do ciclo de revisão tarifária, a Neoenergia Coelba investiu R\$ 2.626 bilhões, volume 33% superior ao realizado em 2021. Os recursos foram, predominantemente, aplicados na expansão da rede, instalação de novas tecnologias e na robustez do sistema elétrico. Insumo fundamental para o crescimento econômico, a disponibilidade de energia elétrica continua e confiável se torna estratégica para a manutenção e atração de novos empreendimentos.

Nesse sentido, a melhoria dos indicadores de qualidade do fornecimento reflete os níveis de investimentos. A duração média de tempo que cada consumidor ficou sem energia elétrica (DEC) no ano foi de 11,54 horas. Por sua vez, o número de vezes que cada consumidor, em média, teve interrupções (FEC) foi de 5,06 vezes. Os resultados concretizam a evolução contínua dos indicadores da empresa, que se apresentam melhores que os níveis exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os resultados alcançados também são provenientes do investimento em pessoas. A capacitação de profissionais especializados reforça o compromisso da empresa com a qualidade do serviço prestado. A formação de excelência tem sido uma obstinação da companhia. A Escola de Eletricistas vem formando e preparando para o mercado de trabalho centenas de profissionais todos os anos. Com um viés democrático e atento à equidade de gênero, o curso tenta diminuir a disparidade existente entre homens e mulheres que atuam na área. Desde que foi criada a Escola, a Neoenergia Coelba já contratou 148 eletricitistas mulheres.

Em outra frente, uma gestão baseada na eficiência de custos e disciplina na aplicação dos recursos, mais uma vez contribuiu para o crescimento da geração operacional de caixa. O EBITDA alcançou R\$ 3.956 bilhões, resultado 14% superior ao de 2021. Por sua vez, o Lucro Líquido registrado foi de R\$ 1,567 bilhão. Fatores macroeconômicos e climáticos impactaram na retração de 6% em relação ao ano anterior.

Com foco na sustentabilidade, a Neoenergia Coelba realizou diversas ações de promoção do uso racional e seguro da energia elétrica, por meio do Programa de Eficiência Energética regulado pela Aneel. Práticas de conscientização capacitaram 1,6 mil professores e cerca de 63 mil alunos de escolas baianas sobre o tema. Foram substituídas por LED 239 mil lâmpadas ineficientes de consumidores residenciais baixa renda e retiradas de circulação 848 toneladas de resíduos destinados para reciclagem, revertendo R\$ 357 mil em desconto na conta de energia dos participantes do Projeto Vale Luz. Foram também desenvolvidos e implementados projetos de eficiência energética em instalações de 157 prédios públicos e de entidades assistenciais, além do parque de iluminação pública de 22 municípios.

Estrategicamente avaliadas, as ações e investimentos da empresa têm como propósitos contribuir com o bem-estar da população e o desenvolvimento socioeconômico de um dos principais estados brasileiros. A monumental vocação turística da Bahia também vem sendo contemplada pela companhia. Em Morro de São Paulo, importante destino do Estado, a Neoenergia Coelba, em 2022, iniciou obras de renovação e embutimento da rede elétrica, iniciativa de valorização urbanística e que confere ainda mais confiabilidade ao fornecimento da ilha. Novas substituições, como Presidente Tancredo Neves, Taipui de Fora, Subaúma e Abrantes, foram energizadas no ano passado, proporcionando uma maior oferta de energia em regiões litorâneas que, historicamente, recebem um grande fluxo de pessoas nas estações de alta temporada. Como preparação para a retomada de um dos maiores Carnavais do país, a empresa ampliou a rede subterrânea do Circuito Barra-Ondina. Seja no Setor do Turismo ou nos demais segmentos, o compromisso da Neoenergia Coelba segue sendo com toda a sociedade baiana.

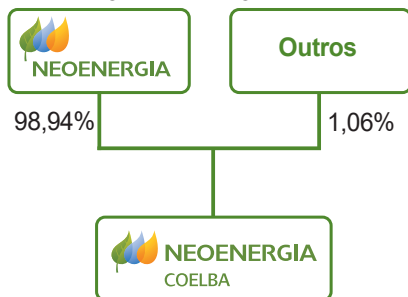
Lúiz Antonio Ciarlini
 Diretor-Presidente da Neoenergia Coelba

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e dos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Neoenergia Coelba era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico.

O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior.

O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia.

Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro.

Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022.

Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%.

O Índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 19 de abril de 2022, a Neoenergia Coelba teve seu reajuste tarifário aprovado pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 21,13%, aplicado desde 22 de abril.

A variação da Parcela A foi de 11,69%, totalizando R\$ 6.945,1 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 38,29% nos encargos setoriais e 10,60% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 224,07/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 14,14% (R\$ 5.246,1 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do Fator X, de 0,63%.

3.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 23 de fevereiro, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%; para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída

Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Ficou estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderirem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Lei Complementar nº 194 - ICMS

Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

Revisão Tarifária Extraordinária decorrente da Lei nº 14.385/22

Em 12 de julho, foi homologada nova tarifa para Neoenergia Coelba, decorrente da Revisão Tarifária Extraordinária motivada pela aplicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de valores advindos de ações judiciais transitadas em julgado que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins cobrado na conta de energia.

Como a Neoenergia Coelba já havia proposto antecipação de repasse desses créditos nos reajustes anteriores, de 2021 e 2022, então, o efeito da redução das tarifas em função dos novos procedimentos foram apenas relativos à revisão da projeção de compensação de tais créditos nos 12 meses posteriores. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -0,50%.

Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA.

| Adicional (R\$/MWh) | Verde | Amarela | Vermelha 1 | Vermelha 2 |
|---------------------|-------|---------|------------|------------|
| 2021 | - | 18,74 | 39,71 | 94,92 |
| 2022 | - | 29,89 | 65,00 | 97,95 |
| Var. % | - | 59,5% | 63,7% | 3,2% |

Tabela 1 – Comparação entre novos valores e os anteriormente vigentes

Repasso de recursos da CDE

Em 22 de julho, a ANEEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Eletrobras que deveriam ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado à CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.182/2021 (privatização da Eletrobras) que condicionou a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado à concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Coelba recebeu, em 27/07/2022, R\$ 283,27 milhões, que representa cerca de 5,37% do total distribuído.

Sobrecontratação das Distribuidoras – 2016 e 2017

A ANEEL divulgou, em 12 de agosto, o Despacho nº 2.168/2022, que deu parcial provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, alegando aplicação de critério assimétrico de involuntariedade com base no valor do PLD, onde o risco de perder seria sempre da distribuidora e o ganho sempre do consumidor. Adicionalmente, na análise dos recursos interpostos pelas distribuidoras contra o referido despacho, na Nota Técnica nº 121/2021, a área técnica da ANEEL criou uma nova regra para apurar a involuntariedade da migração ao ACL em 2016, na qual propunha o reconhecimento apenas da sobre involuntária acima de um limite arbitrário de 102,5%.

O Despacho nº 2.168/2022 reconhecera a tese de que houve aplicação retroativa de nova interpretação e reformou a decisão do Despacho nº 2.508/2022, colocando-se contra o posicionamento das áreas técnicas da ANEEL e excluindo o critério assimétrico baseado no valor do PLD, decisão que favoreceu a Neoenergia Coelba. O despacho também criou precedente para limitar inovações fora do escopo regulatório vigente pelas áreas técnicas da ANEEL, colocando-se contra a criação de critérios inexistentes na norma.

3.3. Medidas associadas à Covid-19
Admissibilidade de Revisão Tarifária Extraordinária
 Em 15 de julho, foi publicado o Despacho nº 1.890/2022 (SGT/ANEEL), que reconheceu a admissibilidade dos pleitos de revisão tarifária extraordinária decorrentes da pandemia do Coronavírus de sete concessionárias de distribuição de energia, incluindo a Neoenergia Coelba. Essa etapa de admissibilidade, que verifica o cumprimento dos requisitos para o pleito de RTE Covid, está prevista na regulamentação específica. De acordo com a ANEEL, foi aberto processo para análise de mérito dos pedidos. As próximas etapas serão a apresentação de proposta pela área técnica e a abertura de consulta pública.

3.4. Medidas associadas à crise hídrica

Conta Escassez Hídrica

Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferimentos estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 127,15 milhões para a Neoenergia Coelba.

Fim da Bandeira Escassez Hídrica

Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta foi criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.

3.5. Liberalização do Mercado

Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissivo ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2022 com 6.482 mil consumidores, incremento de 130 mil novos consumidores vs. 2021 (+2,0%).

| Número de Consumidores (Em milhares) | Participação no Total % | | 2022 / 2021 | |
|--------------------------------------|-------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Residencial | 5.767 | 5.630 | 89,0% | 88,6% |
| Industrial | 10 | 13 | 0,2% | 0,2% |
| Comercial | 434 | 421 | 6,7% | 6,6% |
| Rural | 202 | 218 | 3,1% | 3,4% |
| Outros | 69 | 70 | 1,1% | 1,1% |
| Total | 6.482 | 6.352 | 100,0% | 100,0% |

4.2. Evolução do Mercado

| Energia Distribuída (GWh) | Participação no Total % | | 4T22 / 4T21 | | Participação no Total % | | 2022 / 2021 | |
|---|-------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 4T22 | 4T21 | 4T22 | 4T21 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Residencial | 1.925 | 1.915 | 47,3% | 46,6% | 10 | 0,5% | 7,536 | 7,614 |
| Industrial | 218 | 236 | 5,4% | 5,7% | (18) | (7,6%) | 839 | 985 |
| Comercial | 743 | 749 | 18,2% | 18,2% | (6) | (0,8%) | 2.989 | 2.878 |
| Rural | 522 | 558 | 12,8% | 13,6% | (36) | (6,5%) | 2.102 | 2.328 |
| Outros | 665 | 650 | 16,3% | 15,8% | 15 | 2,3% | 2.569 | 2.549 |
| Total Energia Distribuída (cativa) | 4.073 | 4.108 | 75% | 76% | (35) | (0,9%) | 16.035 | 16.355 |
| Mercado Livre | 1.378 | 1.279 | 25,3% | 23,7% | 100 | 7,7% | 5.346 | 4.910 |
| Total Energia Distribuída (cativa+livre) | 5.451 | 5.387 | 100% | 100% | 64 | 1,2% | 21.381 | 21.265 |

A energia distribuída (cativo + livre) foi de 5.451 GWh no 4T22 (+1,2% vs. 4T21) e de 21.381 GWh em 2022 (+0,5% vs. 2021), influenciada pelo aumento da base de clientes (+2,0%).

O consumo residencial apresentou crescimento de +0,5% no 4T22 vs. 4T21, em razão do menor volume de chuvas no período, e queda de 1,0% em 2022 vs. 2021, em virtude do maior volume de chuvas no início de 2022.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 7,6% no trimestre e de 14,8% no ano. Entretanto, ao se incorporar o desempenho desta classe aos consumidores livres,apura-se crescimento de 5,4% no trimestre e 4,9% em 2022, explicado, principalmente, pelo bom desempenho dos setores de extração de minerais metálicos e de papel e derivados.

A classe comercial cativa apresentou queda de 0,8% no trimestre. Já em 2022, apresentou crescimento de 3,9%.

A classe rural apresentou queda de 6,5% no trimestre e 9,7% no ano, explicada pela menor demanda por irrigação, em razão do alto volume de chuvas na região Oeste do estado e no Vale do São Francisco.

As outras classes apresentaram acréscimo de 2,3% no trimestre e de 0,8% em 2022, com destaque para o maior consumo do Poder Público.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 6.315 GWh no 4T22 (+1,1% vs. 4T21) e de 25.080 GWh em 2022 (+0,5% vs. 2021), por maior base de consumidores e melhor desempenho de grandes clientes.

| BALANÇO ENERGÉTICO (GWh) | 4T22 x 4T21 | | 2022 x 2021 | |
|--|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | Dif. | % | 2022 | 2021 |
| Mercado Cativo | 4.073 | 4.108 | (35) | (0,9%) |
| Mercado Livre + Suprimento | 1.378 | 1.279 | 100 | 7,7% |
| Energia Distribuída (A) | 5.451 | 5.387 | 64 | 1,2% |
| Energia Perdida (B) | 922 | 935 | (12) | (1,4%) |
| Não Faturado (C) | (58) | (73) | 15 | (20,5%) |
| Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C) | 6.315 | 6.248 | 67 | 1,1% |

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses.

| Perdas 12 meses (%) | Perda Técnica | | | | Perda Não Técnica | | | | Perda Total | | | | | | |
|---------------------|---------------|--------|--------|--------|-------------------|-------|-------|-------|-------------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 4T21 | 1T22 | 2T22 | 3T22 | 4T22 | 4T21 | 1T22 | 2T22 | 3T22 | 4T22 | 4T21 | 1T22 | 2T22 | 3T22 | 4T22 |
| | 10,63% | 10,63% | 10,63% | 10,66% | 10,61% | 4,14% | 4,49% | 4,47% | 3,90% | 4,01% | 14,77% | 15,12% | 15,09% | 14,56% | 14,63% |

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T22 foram de 14,75%, sem o impacto da REN 1000 foram de 14,63%, em linha com o registrado no 3T22, mas abaixo do 4T21 e seguindo em busca do patamar regulatório de 14,24%.

Em 2022 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 224 mil inspeções, recuperando mais de 152 GWh;
- (ii) Substituição de 142 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito;
- (iii) Regularização de aproximadamente 56 mil clandestinos, recuperando mais de 186 GWh;
- (iv) Levantamento e atualização da Iluminação Pública em

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| DRE (R\$ MM) | 4T22 | 4T21 | Variação | | 2022 | 2021 | Variação | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | | | R\$ | % | | | R\$ | % |
| Receita Líquida | 3.225 | 3.516 | (291) | (8%) | 13.212 | 13.367 | (155) | (1%) |
| Custos com Energia | (1.980) | (2.430) | 450 | (19%) | (8.372) | (9.313) | 941 | (10%) |
| Margem Bruta s/ VNR | 1.245 | 1.086 | 159 | 15% | 4.840 | 4.054 | 786 | 19% |
| Ativo Financeiro da Concessão (VNR) | 176 | 225 | (49) | (22%) | 610 | 748 | (138) | (18%) |
| Margem Bruta | 1.421 | 1.311 | 110 | 8% | 5.450 | 4.802 | 648 | 13% |
| Despesa Operacional | (355) | (303) | (52) | 17% | (1.304) | (1.170) | (134) | 11% |
| PECLD | (44) | (38) | (6) | 16% | (190) | (155) | (35) | 23% |
| EBITDA | 1.022 | 970 | 52 | 5% | 3.956 | 3.477 | 479 | 14% |
| Depreciação | (205) | (172) | (33) | 19% | (754) | (659) | (95) | 14% |
| Resultado Financeiro | (361) | (293) | (68) | 23% | (1.315) | (757) | (558) | 74% |
| IR CS | (69) | (74) | 5 | (7%) | (320) | (392) | 72 | (18%) |
| LUCRO LÍQUIDO | 387 | 431 | (44) | (10%) | 1.567 | 1.669 | (102) | (6%) |

A Neoenergia Coelba encerrou 4T22 com Margem Bruta de R\$ 1.421 milhões (+8% vs. 4T21) impactada pela variação da parcela B de +14,14% em abril/22. No ano, a Margem Bruta ficou em R\$ 5.450 milhões, (+13% vs. 2021), em razão também da variação da parcela B de +14,14% em abril/22 e de +29,9% em abril/21, além do aumento da base de clientes.

As despesas operacionais foram de R\$ 355 milhões no 4T22 (+17% vs. 4T21) e de R\$ 1.304 milhões em 2022 (+11% vs. 2021). No trimestre, a PECLD foi de R\$ 44 milhões (+R\$ 6 milhões vs. 4T21) e no ano foi de R\$ 190 milhões (+R\$ 35 milhões vs. 2021). Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) no 4T22, ele encerrou em 1,28%, abaixo do patamar do 3T22 de 1,33% e do limite regulatório de 1,62%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.022 milhões no 4T22 (+5% vs. 4T21) e de R\$ 3.956 milhões em 2022 (+14% vs. 2021). O EBITDA Caixa (ex-VNR) no 4T22 foi de R\$ 846 milhões, +14% vs. 4T21 e no ano foi de R\$ 3.346 milhões, +23% vs. 2021.

Já o Lucro Líquido foi de R\$ 387 milhões no 4T22, -10% vs. 4T21 e de R\$ 1.567 milhões em 2022, -6% vs. 2021, impactado pela piora no resultado financeiro, em virtude do aumento do CDI e seu reflexo nos encargos de dívida.

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

| EBITDA (R\$ MM) | 4T22 | 4T21 | Variação | | 2022 | 2021 | Variação | |
|--|--------------|------------|-----------|-----------|--------------|--------------|------------|------------|
| | | | R\$ | % | | | R\$ | % |
| Lucro líquido do período (A) | 387 | 431 | (44) | (10%) | 1.567 | 1.669 | (102) | (6%) |
| Despesas financeiras (B) | (383) | (291) | (92) | 32% | (1.376) | (881) | (495) | 56% |
| Receitas financeiras (C) | 71 | 42 | 29 | 69% | 393 | 223 | 170 | 76% |
| Outros resultados financeiros líquidos (D) | (49) | (44) | (5) | 11% | (332) | (99) | (233) | 235% |
| Imposto de renda e contribuição social (E) | (69) | (74) | 5 | (7%) | (320) | (392) | 72 | (18%) |
| Depreciação e Amortização (F) | (205) | (172) | (33) | 19% | (754) | (659) | (95) | 14% |
| EBITDA = A-(B)-(C)+(D)+(E)+(F) | 1.022 | 970 | 52 | 5% | 3.956 | 3.477 | 479 | 14% |

5.2. Resultado Financeiro

| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões) | 4T22 | 4T21 | Variação | | 2022 | 2021 | Variação | |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| | | | R\$ | % | | | R\$ | % |
| Renda de aplicações financeiras | 32 | 12 | 20 | 167% | 121 | 29 | 92 | 317% |
| Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida | (371) | (275) | (96) | 35% | (1.429) | (702) | (727) | 104% |
| Outros resultados financeiros não relacionados a dívida | (22) | (30) | 8 | (27%) | (7) | (84) | 77 | (92%) |
| Juros, comissões e acréscimo moratório | 11 | 19 | (8) | (42%) | 135 | 163 | (28) | (17%) |
| Variações monetárias e cambiais - outros | 42 | 3 | 39 | 1.300% | 10 | (20) | 30 | (150%) |
| Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais | (5) | (8) | 3 | (38%) | (42) | (76) | 34 | (45%) |
| Atualização do ativo/passivo financeiro setorial | 19 | 5 | 14 | 280% | 103 | 12 | 91 | 758% |
| Obrigações pós emprego | (12) | (15) | 3 | (20%) | (53) | (57) | 4 | (7%) |
| Outras receitas (despesas) financeiras líquidas | (77) | (34) | (43) | 126% | (160) | (106) | (54) | 51% |
| Total | (361) | (293) | (68) | 23% | (1.315) | (757) | (558) | 74% |

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 361 milhões no 4T22 (vs. -R\$ 293 milhões no 4T21) e de -R\$ 1.315 milhões em 2022 (vs. -R\$ 757 milhões em 2021) explicada, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida (+R\$ 96 milhões no trimestre e +R\$ 727 milhões no ano) devido ao aumento do CDI no período (66% do endividamento está atrelado ao índice). Ademais, houve aumento no saldo médio da dívida de 32% no trimestre e 42% no ano, devido às captações direcionadas para investimentos e capital de giro da Companhia, visando atender a expansão do mercado.

6. INVESTIMENTOS

Em 2022, o Capex da Neoenergia Coelba foi de R\$ 2.626 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão da rede, conforme tabela abaixo:

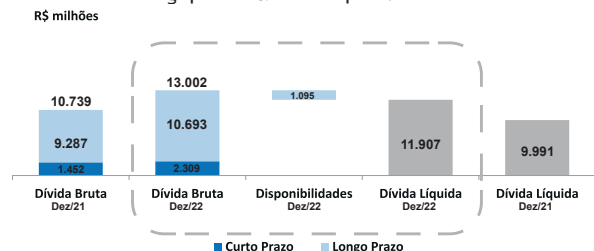
| INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM) | 4T22 | 2022 | % |
|---|--------------|--------------|------------|
| | | | |
| Programa Luz para Todos | (72) | (685) | |
| Novas Ligações | (247) | (723) | |
| Novas SEs e RD's | (153) | (516) | |
| Renovação de Ativos | (106) | (377) | 14% |
| Melhoria da Rede | (46) | (204) | 8% |
| Perdas e Inadimplência | (40) | (151) | 6% |
| Outros | (86) | (224) | 9% |
| Movimentação Material (Estoque x Obra) | 59 | 0 | |
| (=) Investimento Bruto | (692) | (2.881) | |
| SUBVENÇÕES | 209 | 255 | |
| (=) Investimento Líquido | (483) | (2.626) | |
| Movimentação Material (Estoque x Obra) | (59) | (0) | |
| (=) CAPEX | (541) | (2.626) | |
| Base de Anuidade Regulatória | (86) | (224) | 8% |
| Base de Remuneração Regulatória | (664) | (2.657) | 92% |

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

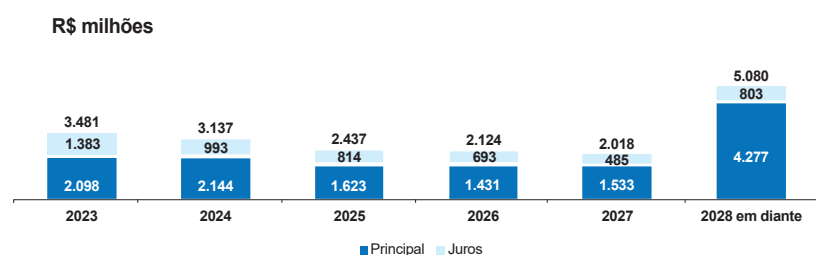
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Coelba, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 11.907 milhões (dívida bruta de R\$ 13.002 milhões), apresentando crescimento de 19% (R\$ 1.916 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, 82% da dívida está contabilizada no longo prazo e 18% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente em 31 de dezembro de 2022.



8. RATING

Em 29 de março de 2022, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.121 e pelo Decreto nº 7.583.

| Número de Consumidores Residenciais (Em milhares) | 4T22 | 4T21 | 4T22 / 4T21 | |
|---|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | | | Dif. | % |
| Convencional | 3.911 | 4.018 | (107) | (2,7%) |
| Baixa Renda | 1.857 | 1.612 | 245 | 15,2% |
| Total | 5.767 | 5.630 | 137 | 2,4% |

9.2. Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para dezembro de 2022.

Atualmente, a Neoenergia Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 9 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual, atingindo a marca de 704 mil ligações. No 4T22 foram realizadas 1,8 mil ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

| Programa Luz para Todos | |
|----------------------------------|----------------|
| até 2009 | 353.209 |
| de 2010 a 2015 | 209.453 |
| em 2016 | 21.629 |
| em 2017 | 19.439 |
| em 2018 | 21.716 |
| em 2019 | 26.034 |
| em 2020 | 17.644 |
| em 2021 | 16.966 |
| em 2022 | 18.256 |
| 1722 | 6.381 |
| 2722 | 6.547 |
| 3722 | 3.539 |
| 4722 | 1.789 |
| Total Ligações Executadas | 704.346 |

9.3. Aumento de participação acionária da Neoenergia
Em dezembro de 2022 foi divulgada a operação de Permuta de Ativos entre a Neoenergia e a Eletrobras, onde a Neoenergia receberá 0,04% das ações da Neoenergia Coelba, pertencentes à Eletrobras, e com isso passará a deter 98,98% das ações da companhia. O closing da operação é esperado para o 2º semestre de 2023.

9.4. Práticas de Gestão

9.4.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Coelba possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx).

- Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 - (i) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 96.828 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 30 de março de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
 - (ii) Dividendos de R\$ 599.393 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2022 e pagos em 24 de maio de 2022;
 - (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 105.574 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de junho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;

(iv) Dividendos intermediários de R\$ 698.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;

(v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 102.618 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 23 de setembro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;

(vi) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 107.062 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

9.4.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Coelba reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados. Conselho de Administração

Integrado atualmente por oito representantes titulares, sendo um membro independente e um suplente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal
Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou extraordinariamente sempre que convocados.

Diretoria
Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho/execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.4.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de focar no desenvolvimento de educadores internos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 723 eletricistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero.

Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros que foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
- Ensinando Profissões (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens); aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilômetro: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiadas;
- Dia Internacional do Voluntariado Iberoútil: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas foram impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhadas, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade "Eu cuido do meu quadrado", os voluntários fizeram ações de limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;

• Ação Solidária de Natal: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão.

Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Fruto do diálogo com os seus grupos de interesse e consciente do impacto de todas as suas atividades, a Neoenergia tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos.

A companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém e saneará ODS 6, indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Como parte dessa evolução contínua, em 2022 o Grupo assumiu 16 metas ESG para os anos 2025 e 2030. Com esses compromissos, a companhia específica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e

(i) o edital Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, ampliando a participação para 42 projetos dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17. Além disso, o Instituto atuou no acompanhamento dos 25 projetos selecionados em 2021, com execução em 2022, por meio de sua Central de Edições;

(ii) a 2ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, foi ampliada para todas as áreas de concessão da Neoenergia;

(iii) o Programa de Iluminação Cultural foi desenvolvido em nova fase dirigida para as riquezas do patrimônio histórico do interior brasileiro. Foi a vez do Theatro Cinema Guarany, edificação icônica e centenária localizada em Trilfuro, no sertão pernambucano. Além da iluminação cênica inaugurada em dezembro de 2022, o programa atuou em duas frentes ao longo de 2022: ação de educação patrimonial para 14 escolas públicas, beneficiando a mais de 400 estudantes, e intervenção cultural para a comunidade durante sua inauguração, envolvendo mais de 100 artistas, produtores culturais e negócios locais, estimulando a geração de trabalho e renda;

(iv) a Caravana Energia que Transforma, continuou a desenvolver atividades com foco em ações formativas para gestores socioculturais de diversos estados brasileiros. Além dos módulos online, em 2022, foi realizado o primeiro evento presencial: "Trilhas da Caravana, caminhos para uma boa gestão", um momento de troca e networking para 40 participantes do setor cultural do DF;

(v) o Instituto, em parceria com a Termopernambuco, apoiou o primeiro projeto parte do Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras. A Termopernambuco destinou R\$ 2 milhões à reforma de imóvel para requalificar o Portomídia, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a ser executado entre os anos de 2023 e 2025. Inserido no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do bairro do Recife, a edificação tombada pelo IPHAN será reformada e ampliada para fortalecer seis cadeias de negócios de economia criativa dirigidas à tecnologia como games, cinevideoanimação, multimídia, design, fotografia e música;

(vi) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 240 vagas para jovens de 16 a 24 anos e mulheres em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Campos do Jordão, Santa Isabel e Capão Bonito, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - cultura digital, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC - Programa de Ação Cultural de São Paulo;

(vii) o Entre o Céu e a Favela, apoiado por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, atua há 10 anos no Morro da Providência, região vulnerável na zona portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo oficinas multidisciplinares no contraturno escolar de crianças e jovens da comunidade, além de oficinas profissionalizantes para as mães dos beneficiados.

10.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto - Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Coelba tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica e contou com investimento de R\$ 47,9 milhões em 2022.

Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 239 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 49 mil lâmpadas em 552 instituições dessas comunidades, além da troca de 2.268 refrigeradores antigos, em sua maioria, para consumidores de 22 municípios afetados pelas fortes chuvas que atingiram a Bahia em dezembro/2021, outros dados para consumidores de comunidade isolada com geração em microrede no município de Remanso e ainda para consumidores atendidos pelo programa de atendimento domiciliar (homecare).
- Execução do projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 848 toneladas de resíduos, com desconto de mais de R\$ 357 mil na conta de energia elétrica de cerca de 19 mil consumidores, que ainda trocaram mais de 75 mil lâmpadas por LED.
- Execução dos projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 1,6 mil professores e cerca de 63 mil alunos da área de concessão da NEOENERGIA COELBA sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica. Projetos fortemente impactados pela pandemia.
- Execução de projetos de Eficientização de prédios públicos e comerciais assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde - hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 157 unidades na Bahia, totalizando mais de 88 mil lâmpadas substituídas e 12 sistemas solares fotovoltaicos instalados, totalizando 652,39 kWp.
- Execução de projeto Neoenergia Solar que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 43 residências da Bahia, totalizando 175 kWp instalado e troca de mais de 131 lâmpadas por LED.
- Execução de projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 22 municípios da Bahia (Terra Nova, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, Brumado, Vitória da Conquista, Dias D'Ávila, Acajutiba, Cruz das Almas, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Arataca, Itabela, Itamaraju, Juazeiro, Palmas de Monte Alto, Itapetinga, Lauro de Freitas, Alagoinhas, Catu, Valença, Itaeta e Itaparica) com a substituição de quase 10 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- Execução de projeto de Eficientização de Empresas de Saneamento com a substituição de 1 motor em na unidade da EMBASA do município de Feira de Santana. Outra unidade da EMBASA será atendida em 2023.
- Execução de projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em março de 2022, foi assinado o contrato com a parceira Smartiks para fornecimento dos equipamentos e disponibilização da plataforma de monitoramento e iniciado o processo de homologação junto a ANATEL para fabricação dos equipamentos. A entrega do primeiro lote de 100 (unidades) ocorreu em novembro e as instalações iniciaram em 2023 com a abertura de inscrições através do site para clientes interessados.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2022, foram investidos R\$ 61,97 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 22,75 milhões em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Coelba, R\$ 21,79 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 10,89 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 6,54 milhões destinados a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes/Recuperação de Energia: destacam-se os projetos: (i) **GODEL - Observatório de Redes**, reconhecido em 2022 como melhor projeto apresentado no 39º Circuito Nacional do Setor Elétrico - CINESE na categoria Inovação Tecnológica, composto por módulos que entregaram produtos já incorporados aos processos de negócios da Neoenergia e outros em desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento, como no módulo GODEL Analytics, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas, no módulo Godel Multilink, um concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição, além de possibilitar o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação, e no módulo GODEL Hosting Capacity, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas; o (ii) **Antenas Inteligentes**, que consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede distribuição, podendo ser aplicado a qualquer substação que utilize enlace de rádio; e o (iii) **Conexão Digital**, que entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital.

Segurança: dentre os principais projetos de P&D temos: o (i) **Braço Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência; o (ii) **Sensor de Proximidade** que consiste em tecnologia para mitigação de arbotadas elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco; o (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como o não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos; a (iv) **Medição de Malha de Terra**, equipamento capaz de medir a impedância da malha de terra sem a necessidade de desligamento da subestação; e a (v) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

Qualidade e Confiabilidade: destacamos o (i) **Qualimetro com Oscilografia Contínua**, equipamento para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede; o (ii) **Lote pioneiro do aferidor de medidores**, que desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor; a (iii) **Tecnologia de Armazenamento para Religadores** que utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneira para a confiabilidade dos equipamentos automatizados; o (iv) **SIERF (Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência)**, que desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreabilidade de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores; e o (v) **SMARTF (Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro das Distribuidoras)**, que desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétrico e esquemas de resposta da demanda. Além dos seguintes projetos, em desenvolvimento, de P&D:

- Veículo com sistema inteligente para **Lavagem dos Isoladores** das redes de distribuição considerando o nível medido de salinidade;
- Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) autocarregável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão;
- **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.
- **Previsão Climática: desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional** para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuidoras;
- **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)** que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|----------|---------|----------|
| Receita operacional, líquida | 3 | 13.978 | 14.265 |
| Custos dos serviços | | (9.899) | (10.693) |
| Custos com energia elétrica | 4 | (5.884) | (7.146) |
| Custos de construção | 5 | (2.488) | (2.149) |
| Custos de operação | 6 | (1.527) | (1.300) |
| Lucro bruto | | 4.079 | 3.572 |
| Perdas de créditos esperadas | 10.2 | (190) | (155) |
| Despesas com vendas | 6 | (92) | (98) |
| Outras receitas (despesas) gerais e administrativas | 6 | (595) | (501) |
| Lucro operacional | | 3.202 | 2.818 |
| Resultado financeiro | 7 | (1.315) | (757) |
| Receitas financeiras | | 393 | 223 |
| Despesas financeiras | | (1.376) | (881) |
| Outros resultados financeiros, líquidos | | (332) | (99) |
| Lucro antes dos tributos | | 1.887 | 2.061 |
| Tributos sobre o lucro | 8.1.1 | (320) | (392) |
| Corrente | | (128) | (180) |
| Diferido | | (192) | (212) |
| Lucro líquido do exercício | | 1.567 | 1.669 |
| Lucro básico e diluído por ação - R\$ | 19.2 (a) | | |
| Ordinária | | 5,80 | 6,17 |
| Preferencial A | | 5,80 | 6,17 |
| Preferencial B | | 6,37 | 6,79 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|-------|-------|
| Lucro líquido do exercício | 1.567 | 1.669 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | |
| Obrigações com benefícios a empregados | (24) | 112 |
| Hedge de fluxo de caixa | (3) | - |
| Tributos diferidos sobre resultados abrangentes | 8 | (38) |
| Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado | (19) | 74 |
| Itens que serão reclassificados para o resultado: | | |
| Hedge de fluxo de caixa | (159) | (78) |
| Tributos diferidos sobre resultados abrangentes | 55 | 26 |
| Total dos itens que serão reclassificados para o resultado | (104) | (52) |
| Outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos | (123) | 22 |
| Resultado abrangente do exercício | 1.444 | 1.691 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

| | Capital Social | Reserva de capital | Reservas de Lucros | | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Proposta de distribuição de dividendos adicionais | Total |
|--|----------------|--------------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|---|---------|
| | | | Outros resultados abrangentes | Reserva legal | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 2.988 | 356 | (216) | 251 | 1.209 | 1.521 | - | 6.109 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 22 | - | - | - | - | 1.669 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | 22 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Constituição de reservas de lucros (nota 19.5) | - | - | - | 75 | 192 | - | - | (267) |
| Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b)) | - | - | - | - | - | (821) | 599 | (1.624) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 2.988 | 356 | (194) | 326 | 1.401 | 700 | 599 | 6.176 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 1.567 |
| Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2(b)) | - | - | - | - | - | - | (599) | (599) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | (123) | - | - | - | - | (123) |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Constituição de reservas de lucros (nota 19.5) | - | - | - | 70 | 168 | - | - | (238) |
| Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b)) | - | - | - | - | - | - | 219 | (1.110) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 2.988 | 356 | (317) | 396 | 1.569 | 700 | 219 | 5.911 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sustentabilidade do Negócio: foram desenvolvidos os projetos: (i) **Caminhão Elétrico**, atualmente com 2 veículos em operação que contam com cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de redes de distribuição de energia elétrica com sistema inteligente para o gerenciamento da recarga do caminhão e com sistema eficiente para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão da distribuidora; (ii) **Corredor Verde**, que consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) e Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste, propondo um novo modelo de negócios para serviços de recargas no âmbito de empresas do setor elétrico; (iii) **Mobilidade Elétrica Trilha Verde**, projeto em desenvolvimento em Fernando de Noronha que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, com a utilização de veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia; (iv) **Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)**, concluído em 2022, consiste em um sistema de armazenamento com baterias de Ions de Lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoeletrônica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha; (v) **Microrrede**, também concluído em 2022, é um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório, que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia; (vi) **Gestão de PCB** (bifenilas policloradas) sistema computacional para gestão, acompanhamento e controle dos equipamentos que operam com oleos sintéticos contendo bifenilas policloradas (PCBs) ou oleos minerais/vegetais contaminados no sistema elétrico da Neoenergia Brasil; (vii) **Soluções sustentáveis e coeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)**, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica; (viii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas; (ix) **Hidrodigital**, que desenvolve instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas, com o resultado esperado de incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva; e projeto de P&D de (x) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA COELBA

As ações do Grupo Neoenergia são pagadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Melhores e Maiores da Revista Exame - Em 2022, a Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". No setor de energia, a Neoenergia Brasília, incorporada em março de 2021, fez sua estreia. O ranking também inclui a holding: duas transmissoras (Neoenergia Guanabara e Neoenergia Dourados); e três distribuidoras - Neoenergia Coelba (BA), Neoenergia Pernambuco (PE) e Neoenergia Elektro (SP e MS).

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 808.734,80, dos quais R\$ 675.534,80 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 133.200,00 referem-se a outros serviços relacionados a auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia (www.neoenergia.com).

A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Coelba apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2022 (4T22 e 2022) a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

| Memória de Cálculo | Ano atual | | Ano anterior | | Correspondência nas Notas Explicativas (*) |
|---|-----------|---------|--------------|---------|--|
| | 4T22 | 2022 | 4T21 | 2021 | |
| (+) Receita líquida | 3.451 | 13.978 | 3.786 | 14.265 | Demonstrações de resultado |
| (-) Valor de reposição estimado da concessão | (176) | (610) | (225) | (748) | Nota 3 |
| (-) Outras receitas | (50) | (156) | (45) | (150) | Nota 3 |
| = RECEITA Operacional Líquida | 3.225 | 13.212 | 3.516 | 13.367 | |
| (+) Custos com energia elétrica | (1.518) | (5.884) | (1.870) | (7.146) | Demonstrações de resultado |
| (+) Custos de construção | (462) | (2.488) | (560) | (2.149) | Demonstrações de resultado |
| = Custo com Energia | (1.980) | (8.372) | (2.430) | (9.313) | |
| (+) Valor de reposição estimado da concessão | 176 | 610 | 225 | 748 | Nota 3 |
| = MARGEM BRUTA | 1.421 | 5.450 | 1.311 | 4.802 | |
| (+) Custos de operação | (428) | (1.527) | (363) | (1.380) | Demonstrações de resultado |
| (+) Despesas com vendas | (24) | (92) | (24) | (98) | Demonstrações de resultado |
| (+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas | (158) | (595) | (133) | (501) | Demonstrações de resultado |
| (-) Depreciação e Amortização | 205 | 754 | 172 | 659 | Nota 6 |
| (+) Outras receitas | 50 | 156 | 45 | 150 | Nota 3 |
| = Despesa Operacional (PMSO) | (355) | (1.304) | (303) | (1.170) | |
| (+) PECLD | (44) | (190) | (38) | (155) | Demonstrações de resultado |
| EBITDA | 1.022 | 3.956 | 970 | 3.477 | |
| (+) Depreciação e Amortização | (205) | (754) | (172) | (659) | Nota 6 |
| (+) Resultado Financeiro | (361) | (1.315) | (293) | (757) | Demonstrações de resultado |
| (+) IR/CS | (69) | (320) | (74) | (392) | Demonstrações de resultado |
| LUCRO LÍQUIDO | 387 | 1.567 | 431 | 1.669 | Demonstrações de resultado |

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. ("Neoenergia Coelba" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Coelba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Coelba.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Coelba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|----------|-------|-------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 1.002 | 650 |
| Contas a receber de clientes e outros | 10 | 2.624 | 2.724 |
| Títulos e valores mobiliários | | 33 | 44 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 15.3 (a) | 38 | 46 |
| Tributos sobre o lucro a recuperar | 8.1.3 | 303 | |

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|-----------------|
| Receitas | | |
| Vendas de energia, serviços e outros | 18.970 | 19.276 |
| Perdas de créditos esperadas | (190) | (155) |
| | 18.780 | 19.121 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Energia elétrica comprada para revenda (*) | (4.744) | (5.796) |
| Encargos de uso da rede básica de transmissão (*) | (1.752) | (2.020) |
| Materiais, serviços de terceiros e outros (*) | (3.251) | (2.866) |
| | (9.747) | (10.682) |
| Valor adicionado bruto | 9.033 | 8.439 |
| Depreciação e amortização (*) | (773) | (675) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 8.260 | 7.764 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Juros e variações cambiais de ativos (*) | 2.337 | 1.664 |
| Valor adicionado total a distribuir | 10.597 | 9.428 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário) | 526 | 362 |
| Encargos sociais (exceto INSS) | 37 | 51 |
| Benefícios | 216 | 262 |
| (-) Transferências para ordens (**) | (222) | (181) |
| Outros | 16 | 15 |
| | 573 | 509 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| INSS (sobre folha de pagamento) | 111 | 78 |
| ICMS | 2.700 | 2.980 |
| PIS/COFINS | 649 | 649 |
| Tributos sobre o lucro | 320 | 392 |
| Obrigações intraspetoriais | 1.025 | 721 |
| Outros | 21 | 19 |
| | 4.826 | 4.839 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros, variações cambiais e aluguéis (*) | 3.631 | 2.411 |
| | 3.631 | 2.411 |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Remuneração aos acionistas | 1.329 | 1.402 |
| Lucros retidos | 238 | 267 |
| | 1.567 | 1.669 |
| Valor adicionado distribuído | 10.597 | 9.428 |

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.
(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba - "Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador - Bahia - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais: As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto. A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas: A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge. • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor. • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial. • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge. e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da vida integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

| Riscos | Origem da exposição | Gestão |
|---|--|---|
| Risco de mercado - Taxa de câmbio | Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL | Operações de swap a termo. |
| Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários) | Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR (*) e CDI. | Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários. |
| Risco de mercado - Preços de produtos e insumos | Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica. | Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes a projeções internas; ou operações a termo. |
| Risco de crédito | Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. | Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes. |
| Risco de liquidez | Obrigações contratuais ou assumidas. | Disponibilidade de linhas de crédito rotativo. |
| Risco de solvência | Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas. | Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia. |

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de hedge vigente.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (a) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2022, operações de hedge cambial para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 21.7. (iv) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **Commodities energéticas:** os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2(d)). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 350. A Administração avaliou a capacidade de liquidez das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). (c) **Risco de solvência:** o risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'non performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas

a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (rating). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

| Rating de longo prazo em escala nacional | Moody's | S&P | Fitch |
|--|---------|-----|-------|
| Banco do Brasil | - | - | AA |
| BNP Paribas | AAA | AAA | AAA |
| Bradesco | AAA | AAA | AAA |
| Caixa Econômica Federal | AAA | AAA | AA |
| Citibank | - | - | AAA |
| Goldman Sachs | - | - | AAA |
| Itaú | AAA | - | AAA |
| Santander | AAA | AAA | - |
| Votorantim | AA | AAA | - |
| Bank of America | - | - | A-AAA |
| JP Morgan | - | - | AAA |
| Morgan Stanley | - | - | AAA |
| Mitsubishi UFJ (1) | A1 | A- | A- |
| Sumitomo Mitsui | - | - | AAA |
| Scotiabank | AAA | - | - |

(1) Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc - MUFG possui rating somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Riscos regulatórios: Ambiente Regulatório: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, o reajuste tarifário periódico e o reajuste tarifário extraordinário. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir o desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, envolvimento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL, por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBTTDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **Indicadores de Continuidade do Fornecedor:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante e apuração, a cada ano, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECl - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei 8631/1993. **Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das Commodities (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) **Riscos hidrológicos:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de beturação de risco hidrológico. (c) **Seguros:** Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

| Riscos | Data da vigência | Importância segurada (R\$) |
|--|-------------------------|----------------------------|
| Terrorismo | 31/05/2022 a 31/05/2023 | 499 |
| Responsabilidade Civil Ambiental | 31/05/2022 a 31/05/2023 | 36 |
| Responsabilidade Civil Geral - Operações | 08/10/2021 a 08/10/2023 | 1 |
| Veículos - Executivo | 31/05/2022 a 31/05/2023 | 100% FIPE |
| Risco Operacional - Subestações e Usinas | 31/05/2022 a 31/05/2023 | 1.598 |
| Responsabilidade Civil - Drones | 15/06/2022 a 15/06/2023 | 1 |
| Veículos - Operacional | 31/05/2022 a 31/05/2023 | 1 |
| Transporte | 08/10/2022 a 08/10/2024 | 1 |
| D&O | 23/08/2022 a 23/08/2023 | 150 |
| Cibersegurança | 13/06/2022 a 01/06/2023 | 26 |

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas Estimativas e Julgamentos significativos

| | |
|------|--|
| 3.1 | Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados |
| 8.1 | Tributos sobre o lucro diferidos |
| 10.2 | Perdas de crédito esperadas |
| 11 | Ativos e passivos financeiros setoriais |
| 12 | Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual) |
| 16.1 | Provisão para processos judiciais |
| 18.1 | Obrigações com benefícios de aposentadoria |

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

| Norma | Descrição da alteração | Data de vigência |
|---|--|---|
| IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). | 01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas. |
| IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado. | Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. | 01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas. |

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impacto relevante nas demonstrações financeiras. **b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

| Norma | Descrição da alteração | Data de vigência |
|--|---|--------------------------------------|
| IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras | As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. | 01/01/2024, aplicação retrospectiva. |

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecimento de energia (nota 3.1) | 6.782 | 6.262 |
| Disponibilidade da rede elétrica (1) | 9.172 | 8.235 |
| Construção de infraestrutura da concessão | 2.488 | 2.149 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | 101 | 222 |
| Valor de reposição estimado da concessão (2) | 610 | 748 |
| Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2) | (339) | 1.510 |
| Outras receitas (nota 3.3) | 156 | 150 |
| Receita operacional bruta | 18.970 | 19.276 |
| (-) Deduções da receita bruta (nota 3.4) | (4.992) | (5.011) |
| Receita operacional, líquida | 13.978 | 14.265 |

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos. (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR"). **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2022:** A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 19 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - NEOENERGIA COELBA, com vigência a partir de 22 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.024/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 21,13%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 20,54%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em 21,35%. O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (5,80%), a antecipação da reversão para modalidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo (custo cobrado percentualmente sobre o valor da conta de luz de acordo com o fator de potência) (0,65% constituídas até março/2022, bem como o financeiro relativo à Baedera e Conta Escassez Hidrica (4,55%), contribuíram para a redução da tarifa para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data. A variação da parcela A foi de 6,72%, totalizando R\$ 6.945, impactada principalmente pelo aumento de 10,6% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 124,27 MWh. Já a variação da parcela B foi de 6,01%, totalizando R\$ 5.246, reflexo da inflação acumulada (ICP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, devido do fator X de 0,63%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hidrica:** Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), determinou, que a ANEEL implementasse padrão específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hidrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2022 a Companhia faturou R\$ 576 (R\$ 581 em 31 de dezembro de 2021) a título de Bandeira de Escassez Hidrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança foi aplicada para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuará pagando com os mesmos descontos que já tem nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------------|--------------------|
| Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda) | | |
| Bandeiras | Baixa Renda | Baixa Renda |
| Jan | Verde | Amarela |
| Fev | Escassez Hidrica | Verde |
| Mar | Escassez Hidrica | Verde |
| Abr (*) | Escassez Hidrica | Verde |
| Mai | Verde | Vermelha Patamar I |
| Jun | Verde | Vermelha |

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidirá registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e aos descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hidrológica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna relevante. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho e 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Compra para revenda | | | | |
| Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1) | 13.707 | 12.964 | (2.689) | (3.242) |
| Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2) | - | - | (264) | (961) |
| Energia curto prazo - PLD e MRE (3) | - | - | 19 | 2 |
| Contratos por cotas de garantia física | 4.983 | 5.295 | (638) | (565) |
| Energia adquirida contrato bilateral | 2.172 | 2.181 | (768) | (677) |
| Cotas das Usinas Angra I e Angra II | 680 | 652 | (232) | (150) |
| Outros | 376 | 399 | (155) | (94) |
| Subtotal | 21.918 | 21.510 | (4.744) | (5.796) |
| Créditos de PIS e COFINS | - | - | 42 | 486 |
| Total | 21.918 | 21.510 | (4.322) | (5.310) |

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

| | | |
|--|----------------|----------------|
| Encargos de rede básica | (1.140) | (994) |
| Encargos de conexão | (90) | (83) |
| Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4) | (231) | (993) |
| Encargo de Energia de Reserva - EER (5) | (277) | 63 |
| Outros encargos | (4) | (4) |
| Subtotal | (1.752) | (2.020) |
| Créditos de PIS e COFINS | 190 | 166 |
| Total | (1.562) | (1.854) |
| Total dos custos com energia elétrica | (5.884) | (7.164) |

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

(1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas; (2) Maior disponibilidade de água nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual; (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro, e, também não houve compra de energia no MCP/Déficit; (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

| | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Pessoal | (192) | (163) |
| Material | (1.191) | (1.074) |
| Serviços de terceiros | (1.380) | (1.136) |
| Juros sobre obras em andamento | (32) | (26) |
| Outros | (39) | (33) |
| Obrigações especiais | 346 | 283 |
| Total | (2.488) | (2.149) |

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|-------------|
| Custos/Despesas | | |
| Custos de operação | | |
| Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1) | (402) | (29) |
| Administradores | (4) | (4) |
| Serviços de terceiros (nota 6.2) | (377) | (60) |
| Depreciação e amortização (nota 6.3) | (676) | (60) |
| Provisão para processos judiciais | - | - |
| Impostos, taxas e contribuições | - | - |
| Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4) | (72) | (3) |
| Total | (1.527) | (92) |
| Despesas com vendas | | |
| Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1) | (336) | (37) |
| Administradores | (7) | (5) |
| Serviços de terceiros (nota 6.2) | (370) | (58) |
| Depreciação e amortização (nota 6.3) | (598) | (61) |
| Provisão para processos judiciais | - | - |
| Impostos, taxas e contribuições | - | - |
| Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4) | (76) | (3) |
| Total | (1.380) | (98) |
| Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas | | |
| Total | (582) | (521) |

6.1 Pessoal e benefícios a empregados:

| | | |
|---|--------------|--------------|
| Remunerações | (327) | (283) |
| Encargos sociais | (147) | (129) |
| Auxílio alimentação | (86) | (75) |
| Convênio assistencial e outros benefícios (1) | (52) | (27) |
| Provisão para férias e 13º salário | (85) | (75) |
| Plano de saúde | (78) | (66) |
| Participação nos resultados | (111) | (94) |
| (-) Transferências para ordens (2) | 222 | 181 |
| Outros | (16) | (14) |
| Total | (680) | (582) |

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios. (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros:

| | | |
|---|--------------|--------------|
| Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica | (134) | (111) |
| Agente arrecadador e credenciado | (37) | (38) |
| Corte, ligação e religação | (51) | (60) |
| Atendimento e teleatendimento | (39) | (34) |
| Serviços técnicos e manutenções | (75) | (80) |
| Podá de árvore e limpeza faixa | (48) | (47) |
| Cobrança adm. e negatização | (8) | (8) |
| Inspeção técnica e pericia | (6) | (10) |
| Tecnologia da informação | (68) | (70) |
| Serviços jurídicos | (27) | (26) |
| Consultoria e auditoria | (3) | (3) |
| Comunicação | (5) | (5) |
| Encerramento de ordem - Custo serviço prestado | (34) | (31) |
| Vigilância | (7) | (6) |
| (-) Crédito PIS e COFINS | 7 | 7 |
| Outros serviços | (48) | (40) |
| Total | (583) | (562) |

6.3 Depreciação e amortização:

| | | |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Quota de depreciação e amortização | (759) | (649) |
| Baixa do valor residual | (13) | (25) |
| Quota bens de renda | (1) | (1) |
| Subtotal | (773) | (675) |
| (-) Crédito PIS/COFINS | 19 | 16 |
| Total | (754) | (659) |

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas:

| | | |
|--------------------------------|--------------|-------------|
| Seguros | (7) | (5) |
| Despesas de viagem | (18) | (16) |
| Propaganda e publicidade | (13) | (7) |
| Multa inadimplência/contratual | 104 | 96 |
| Perdas/alienação/desativação | (72) | (72) |
| Material | (100) | (83) |
| Outros | (10) | (11) |
| Total | (116) | (98) |

7. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|--------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 121 | 29 |
| (-) Tributos sobre receita financeira | (20) | (12) |
| Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos | 135 | 163 |
| Atualização de depósitos judiciais | 39 | 8 |
| Atualização do ativo financeiro setorial | 103 | 12 |
| Outras receitas financeiras | 15 | 23 |
| Total | 393 | 223 |
| Despesas Financeiras | | |
| Encargos sobre instrumentos de dívida (1) | (1.087) | (623) |
| Benefícios pós-emprego e outros benefícios | (54) | (58) |
| Atualização de provisões para processos judiciais | (81) | (84) |
| Outras despesas financeiras (2) | (154) | (116) |
| Total | (1.376) | (881) |
| Outros resultados financeiros, líquidos | | |
| Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3) | (773) | (64) |
| Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) | 1.066 | (750) |
| Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) | (1.430) | (749) |
| Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (3) | 795 | 34 |
| Perdas com variações cambiais e monetárias | (53) | (39) |
| Ganhos com variações cambiais e monetárias | 63 | 19 |
| Total | (332) | (99) |
| Resultado financeiro líquido | (1.315) | (757) |

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida; (2) Refere-se, principalmente, aos Juros Selic, atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%). **8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro | 1.887 | 2.061 |
| Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34% | (642) | (701) |
| Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro: | | |
| Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio | 140 | 95 |
| Incentivos fiscais | 174 | 201 |
| Outras adições permanentes | 8 | 13 |
| Tributos sobre o lucro | (320) | (392) |
| Alíquota efetiva | 17% | 19% |
| Corrente | (128) | (180) |
| Diferido | (192) | (212) |

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|--------------|
| Diferenças temporárias: | 42 | 54 |
| Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego | 236 | 228 |
| Provisão para processos judiciais | 144 | 135 |
| Perdas estimadas de créditos - contas a receber | 69 | 68 |
| Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem | 52 | 55 |
| Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível | 51 | 45 |
| PLR | 38 | 31 |
| Valor justo de ativos financeiros indenizáveis | (970) | (763) |
| Capitalização de juros de dívida | (25) | (83) |
| Valor justo de instrumentos financeiros | - | 7 |
| Outros | 19 | 8 |
| Total passivo não circulante | (344) | (215) |

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|--|----------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - | (215) |
| Efeitos reconhecidos no resultado | - | (192) |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | - | 63 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - | (344) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 9 | - |
| Efeitos reconhecidos no resultado | (212) | - |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | (12) | - |
| Transferências entre ativos e passivos | 215 | (215) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - | (215) |

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos é de R\$ 96 em 2022, R\$ 158 em 2024 e R\$ 90 em 2025.

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher:

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|------------|------------|
| IRPJ | 253 | 218 |
| CSLL | 50 | 45 |
| Total ativo circulante | 303 | 263 |
| | 2022 | 2021 |
| CSLL | 16 | - |
| Total passivo circulante | 16 | - |

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 948 (R\$ 871 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, conforme necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem: (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 829 (R\$ 777 em 31 de dezembro de 2021). (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 36 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021).

8.1.5 Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL: O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Saldo inicial do exercício | 54 | 67 |
| Amortização | (35) | (37) |
| Reversão | 23 | 24 |
| Saldo final do exercício | 42 | 54 |

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|----|------|------|------|------|
| 11 | 11 | 10 | 10 | 10 |

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade de tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2 Outros Tributos:**

8.2.1 Outros tributos a recuperar:

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 470 | 419 |
| Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4) | 334 | 464 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4) | 1.617 | 2.127 |
| Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | 2 | 2 |
| Outros | 3 | 3 |
| Total | 2.426 | 3.015 |
| Circulante | 1.007 | 1.037 |
| Não circulante | 1.419 | 1.978 |

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 114 | 149 |
| Programa de Integração Social - PIS | 16 | 12 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 105 | 54 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 32 | 39 |
| Outros | 17 | 15 |
| Outros tributos a recolher | 284 | 269 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - | | |

COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE – CONTA COVID. Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 199 (R\$ 149 até 31 de dezembro de 2021) para amortização da operação financeira da CDE – CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21. (3) Refere-se às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisou no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1 Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6.0i). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|---------------|--------------|
| Saldo inicial do exercício | 9.441 | 7.425 |
| Baixas | (26) | (10) |
| Transferência ativo contratual (1) | 2.045 | 1.256 |
| Transferência ativo intangível | 14 | 22 |
| Transferências outros (2) | 63 | 73 |
| Ajustes a valor justo (3) | 610 | 748 |
| Saldo final do exercício | 12.147 | 9.441 |
| Ativo não circulante | 12.147 | 9.441 |

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9. (3) Em 2022, como parte do processo de melhoria contínua, devido à complexidade do modelo regulatório e de modo a garantir a melhor estimativa de Base de Remuneração, a Companhia realizou nova forma de reavaliação dos ativos, aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória). PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 100 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, RS (238) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021. **12.2 Ativo Contratual:** Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito de contra prestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Saldo inicial do exercício | 2.415 | 2.124 |
| Adições (1) | 2.512 | 2.194 |
| Baixas | (33) | (35) |
| Transferências - intangíveis em serviço (1) | (725) | (571) |
| Transferências - ativos financeiros (1) | (2.045) | (1.256) |
| Transferências - outros | 41 | (41) |
| Saldo final do exercício | 2.169 | 2.415 |
| Custo | 2.416 | 2.594 |
| Obrigações especiais | (251) | (179) |

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

| | Concessão |
|--|--------------|
| Taxa de amortização a.a. | 4,04% |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 3.235 |
| Baixas | (38) |
| Amortização | (745) |
| Transferências - ativo financeiro (1) | (14) |
| Transferências - ativo contratual (2) | 725 |
| Transferências - outros | 32 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 3.195 |
| Custo | 12.030 |
| Amortização acumulada | (7.737) |
| Obrigações especiais | (1.098) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 3.346 |
| Baixas | (22) |
| Amortização | (638) |
| Transferências - ativo financeiro (1) | (22) |
| Transferências - ativo contratual (2) | 571 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 3.235 |
| Custo | 11.479 |
| Amortização acumulada | (6.382) |
| Obrigações especiais | (1.262) |

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E OPERAÇÕES DE DESCONTO DE TÍTULOS

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|--------------|
| Energia elétrica | 501 | 447 |
| Encargos de uso da rede | 159 | 447 |
| Materiais e serviços | 386 | 378 |
| Energia livre (1) | 63 | 57 |
| Total | 1.109 | 1.329 |
| Fornecedores e contas a pagar e empreiteiros | 1.073 | 1.325 |
| Operações de desconto de títulos | 36 | 4 |
| Circulante | 1.046 | 1.272 |
| Não circulante | 63 | 57 |

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para determinadas compras de 45 para 88 dias, em média (126 dias em 2021). Para essas operações, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 15,27% a.a. (9,42% a.a. para 2021). Os juros incorridos no exercício de 2022 no montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 2021) foram reconhecidos no resultado do exercício ou no ativo imobilizado ou intangível, a depender da natureza da aquisição. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 36 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021).

Operações de desconto de títulos: Com o propósito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia autorizou estes fornecedores a realizar cessão de crédito junto a instituições financeiras e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor, portanto, estas operações são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 36 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021).

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Empréstimos e financiamentos bancários | 3.024 | 3.041 |
| Agências de fomento | 4.550 | 3.851 |
| Mercado de capitais | 5.577 | 4.516 |
| Empréstimos e financiamentos (1) | 13.151 | 11.408 |
| (+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a)) | (1.149) | (669) |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9) | (1.002) | (650) |
| (c) Títulos e valores mobiliários | (93) | (98) |
| Dívida líquida | 11.907 | 9.991 |

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. **15.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas

são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. a) **Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Denominados em R\$ | 9.444 | 7.695 |
| Indexados a taxas flutuantes | 9.411 | 7.307 |
| Indexados a taxas fixas | 33 | 388 |
| Denominados em US\$ | 2.995 | 2.634 |
| Indexados a taxas flutuantes | 800 | 974 |
| Indexados a taxas fixas | 2.195 | 1.660 |
| Denominados em outras moedas | 783 | 1.131 |
| Indexados a taxas fixas | 783 | 1.131 |

(-) Depósitos em garantia
(-) Custos de transação

| | 2022 | 2021 |
|------------------------|--------|-------|
| Passivo circulante | 2.254 | 1.438 |
| Passivo não circulante | 10.897 | 9.970 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Custo médio em % CDI (1) | 92,7% | 172,2% |
| Custo médio em taxa Pré (2) | 11,6% | 8,1% |
| Saldo da dívida | 13.151 | 11.408 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (149) | (669) |
| Dívida total líquida de derivativos | 13.002 | 10.739 |

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses. (2) Resultado de Dívida Acumulada 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) **Fluxo de pagamento futuros de dívida:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

| | Principal (1) | Juros (1) | Instrumentos derivativos | Total |
|-------------------|---------------|--------------|--------------------------|---------------|
| 2023 | 2.157 | 1.036 | 288 | 3.481 |
| 2024 | 2.478 | 780 | (121) | 3.137 |
| 2025 | 1.892 | 686 | (141) | 2.437 |
| 2026 | 1.614 | 608 | (98) | 2.124 |
| 2027 | 1.648 | 450 | (80) | 2.018 |
| Entre 2028 e 2032 | 3.827 | 644 | (262) | 4.209 |
| Entre 2036 e 2037 | 509 | 95 | - | 604 |
| 2038 em diante | 255 | 12 | - | 267 |
| Total | 14.380 | 4.311 | (414) | 18.277 |

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4 anos (4 anos em 31 de dezembro de 2021). c) **Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Saldo inicial do exercício | 11.408 | 7.817 |
| Efeito no fluxo de caixa: | | |
| Captações (1) | 3.486 | 4.428 |
| Amortizações de principal | (1.659) | (1.146) |
| Custo de captação | (26) | (29) |
| Pagamento de encargos de dívida | (868) | (390) |
| Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia | (5) | 2 |
| Efeito não caixa: | | |
| Encargos incorridos | 1.108 | 640 |
| Variação cambial | (290) | 89 |
| Marcação a valor justo | (3) | (3) |
| Saldo final do exercício | 13.151 | 11.408 |

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 3.486, pela Companhia foram: (i) R\$ 105 com prazo de vencimento em 5 anos captados junto ao MUFJ BANK, LTD; (ii) R\$ 94 prazo de vencimento em 2 anos junto ao MUFJ BANK, LTD; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento em 2 anos junto ao Summitom; (iv) R\$ 200 com prazo de vencimento em 1,5 ano junto ao Citibank; (v) R\$ 1.200 via 14ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em 10 anos; (vi) R\$ 500 via 2ª emissão de notas comerciais com prazo de vencimento final em 7 anos; (vii) R\$ 637 com prazo de até 20 anos junto ao BNDES e (viii) R\$ 550 com prazo de vencimento de 8 anos captados junto ao IFC – *International Finance Corporation*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 4.428, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento 3 anos captados junto ao *Bank of America*; (ii) R\$ 200 com prazo de vencimento de 1 ano junto ao MUFJ; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento de 6 meses junto ao BNP Paribas; (iv) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Summitom; (v) R\$ 200 com prazo de vencimento de 1 mês junto ao Itau; (vi) R\$ 800 com prazo de vencimento de até 10 anos via emissão de debêntures; (vii) R\$ 800 com prazo de vencimento de até 7 anos via emissão de Notas Comerciais; (viii) R\$ 100 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Scotiabank; (ix) R\$ 960 com prazo de vencimento de 20 anos captados junto ao BNDES; e (x) USD 150 (R\$ 768), sendo 2/3 oriundos da JICA, com prazo final de 10 anos e 1/3 do MUFJ com vencimento em 5 anos junto a Agência Multilateral *Japan International Cooperation Agency* ("JICA") e o MUFJ BANK, LTD ("MUFJ"). Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratados swaps cambiais mitigando o efeito da exposição cambial de 100% dos fluxos.

| Tipo | Moeda | Data limite de captação | Montante total |
|-----------------------------|-------|-------------------------|----------------|
| Linhas de crédito rotativas | R\$ | 02/08/2024 | 200 |
| Linhas de crédito rotativas | R\$ | 12/08/2024 | 100 |
| Linhas de crédito rotativas | R\$ | 27/12/2024 | 500 |

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito é de 0,46% a.a. sobre o montante total. e) **Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 92% dos contratos de dívidas que contém cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

| | Limites contratual inferior (1) | Medição (2) em 2022 |
|--------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Consolidado Neoenergia: | | |
| Dívida líquida ÷ EBITDA | ≤ 4,0 | 3,15 |
| EBITDA ÷ Resultado financeiro | ≥ 2,0 | 3,05 |
| Companhia (3) | | |
| Dívida líquida ÷ EBITDA | ≤ 4,0 | 3,01 |
| EBITDA ÷ Resultado financeiro | ≥ 2,0 | 3,01 |

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas. (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira. (3) A Neoenergia S.A. é avaliada e garantidora das dívidas de suas subsidiárias. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

f) **Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice para taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,9% e 4,0%, respectivamente. **15.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1. a) **Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| Contratados para proteção de dívidas: | | |
| Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos) | (2) | 1 |
| Swap de moeda - US\$ vs R\$ | 355 | 696 |
| Swap de moeda - outras moedas vs R\$ | (203) | (22) |
| Swap de taxas de juros - R\$ | - | (7) |
| Contratados para proteção de outras operações: | | |
| Risco de câmbio - produtos e serviços | (1) | 1 |
| Exposição líquida | 149 | 669 |
| Ativo circulante | 38 | 46 |
| Ativo não circulante | 455 | 741 |
| Passivo circulante | (93) | (60) |
| Passivo não circulante | (251) | (58) |

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|--|------|------|
| Derivativos não designados para contabilidade de hedge | | |
| Contratados para proteção de dívidas | - | (7) |
| Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa | | |
| Contratados para proteção de dívidas | (61) | 389 |
| Contratados para proteção de outras operações | (1) | 1 |
| Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo | | |
| Contratados para proteção de dívidas | 211 | 286 |
| | 149 | 669 |

b) **Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes**

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|------|------|
| Proteção de dívidas | | |
| Proteção de outras dívidas | 668 | 827 |
| Proteção de outras operações | (1) | (1) |
| Proteção de outras dívidas | | |
| Proteção de outras operações | (1) | (1) |
| Proteção de outras operações | | |
| Proteção de outras dívidas | (1) | (1) |
| Proteção de outras operações | (1) | (1) |
| Proteção de outras operações | | |
| Proteção de outras dívidas | (1) | (1) |
| Proteção de outras operações | (1) | (1) |

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

| | Benefício definido | | | | Saúde pós-emprego | | | |
|--|----------------------|------------------------|----------------------------------|---------------|----------------------|------------------------|----------------------------------|---------------|
| | Obrigações atuariais | Valor justo dos ativos | Efeito do teto (passivo líquido) | Ativo líquido | Obrigações atuariais | Valor justo dos ativos | Efeito do teto (passivo líquido) | Ativo líquido |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (378) | 600 | (203) | 19 | (820) | 1.171 | (203) | 17 |
| Custo do serviço | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos dos juros | (25) | 41 | (14) | 2 | (58) | 97 | (14) | 17 |
| Contribuições pagas pelo patrocinador | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios pagos pelo plano | 40 | (40) | - | - | - | - | - | - |
| Redimensionamento | (9) | (80) | 71 | (18) | 124 | (24) | 124 | (680) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (372) | 521 | (146) | 3 | (680) | 1.284 | (146) | 17 |
| Custo do serviço | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos dos juros | (29) | 39 | (10) | - | (54) | 97 | (10) | 4 |
| Contribuições pagas pelo patrocinador | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios pagos pelo plano | 39 | (39) | - | - | - | - | - | - |
| Redimensionamento | 23 | (38) | 26 | 11 | (48) | (48) | 49 | (48) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (339) | 483 | (130) | 14 | (729) | 1.497 | (130) | 17 |
| Planos superavitários | (339) | 483 | (130) | 14 | - | - | - | - |
| Planos deficitários | - | - | - | - | (729) | 1.497 | (130) | 17 |

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------------|-------------|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Total | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Total |
| Custo do serviço | - | (1) | (1) | - | (1) | (1) |
| Efeitos de reduções/liquidações (1) | - | 5 | 5 | - | 18 | 18 |
| Despesa com juros de obrigações | (29) | (54) | (83) | (25) | (59) | (84) |
| Reciclação com juros de ativos | 30 | - | 30 | 27 | - | 27 |
| Total | 1 | (50) | (49) | 2 | (42) | (40) |

Alocação dos custos do serviço:

| | 2022 | 2021 |
|------------------------|------|------|
| Resultado do exercício | 4 | 4 |

(1) Em 2022, para o Plano de Saúde Coelba, a Companhia apurou um custo de serviço passado no plano de RS (5) (RS (18) em 31 de dezembro de 2021), ocasionado pela oferta de isenção de pagamento do custo do plano, por parte do empregado, durante o período de um ano, com a condição desse optar pela migração do plano Apartamento para o plano Enfermaria.

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|--------------------|-------------------|--------------|--------------------|-------------------|--------------|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Total | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Total |
| Saldo no início do exercício | 3 | (184) | (181) | 3 | (181) | (178) |
| Redimensionamento: | | | | | | |
| Mudanças nas premissas | 23 | (48) | (25) | 26 | (26) | 0 |
| Efeito de teto de ativos/passivos oneroso | 26 | - | 26 | - | - | - |
| Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros) | (38) | - | (38) | - | - | - |
| Retorno sobre direitos de reembolso (1) | 13 | - | 13 | - | - | - |
| Efeito bruto | 24 | (48) | (24) | 26 | (26) | 0 |
| Tributos sobre o lucro | (8) | 16 | 8 | - | - | - |
| Efeito líquido em outros resultados abrangente | 16 | (32) | (16) | 26 | (26) | 0 |
| Saldo no final do exercício | 19 | (216) | (197) | 29 | (207) | (178) |

(1) Reversão de reserva especial do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002, aprovada pela Portaria Previc nº 1.183, de 22 de novembro de 2022.

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|--------------------|-------------------|--------------|--------------------|-------------------|--------------|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Total | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Total |
| Saldo no início do exercício | 11 | (266) | (255) | 11 | (266) | (255) |
| Redimensionamento: | | | | | | |
| Mudanças nas premissas | (9) | 124 | 115 | - | - | - |
| Efeito de teto de ativos/passivos oneroso | 71 | - | 71 | - | - | - |
| Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros) | (80) | - | (80) | - | - | - |
| Retorno sobre direitos de reembolso | 6 | - | 6 | - | - | - |
| Efeito bruto | (12) | 124 | 112 | - | - | - |
| Tributos sobre o lucro | 4 | (42) | (38) | - | - | - |
| Efeito líquido em outros resultados abrangente | (8) | 82 | 74 | - | - | - |
| Saldo no final do exercício | 3 | (184) | (181) | 11 | (266) | (255) |

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

| | 2022 | | 2021 | |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Benefício definido | Saúde pós-emprego |
| Valor presente das obrigações atuariais | (339) | (729) | (372) | (680) |
| Valor justo dos ativos | 483 | - | 521 | - |
| Efeito do limite do ativo (teto) | (130) | - | (146) | - |
| Total ativo (passivo) líquido | 14 | (729) | 3 | (680) |
| Ativo não circulante | 14 | - | 3 | - |
| Passivo circulante | - | (120) | - | (55) |
| Passivo não circulante | - | (609) | - | (625) |

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego: (i) Ativos dos planos por categoria: Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

| | 2022 | | 2021 | |
|--|-------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|
| | Preços no mercado ativo | Preços não cotados em mercado ativo | Preços no mercado justo total | Preços não cotados em mercado ativo |
| Investimento direto: | | | | |
| Fundo de Investimento imobiliário | - | 11 | 11 | 12 |
| Outros | (18) | (18) | - | (24) |
| Investimento através de fundos: | | | | |
| Fundo de investimento – renda fixa | 490 | 490 | 532 | 532 |
| Total | 490 | (7) | 483 | (12) |

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

| | 2022 | | 2021 | |
|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Benefício definido | Saúde pós-emprego |
| 2023 | 34 | 61 | 33 | 61 |
| 2024 | 33 | 61 | 33 | 61 |
| 2025 | 33 | 61 | 33 | 61 |
| 2026 | 32 | 60 | 31 | 60 |
| 2027 | 31 | 60 | 31 | 60 |
| Entre 2028 e 2032 | 141 | 284 | 141 | 284 |
| Total | 304 | 587 | 304 | 587 |

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima. (iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas: Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

| | 2022 | | 2021 | |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Benefício definido | Saúde pós-emprego |
| Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5% | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial | 352 | 761 | 388 | 713 |
| Impacto % no valor presente da obrigação atuarial | 3,93% | 4,38% | 4,40% | 0,00% |
| Impacto no duration da obrigação atuarial | 8,35 | 10,20 | 9,21 | 10,46 |
| Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5% | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial | 326 | 700 | 356 | 650 |
| Impacto % no valor presente da obrigação atuarial | (3,67)% | (4,04)% | 0,00% | (4,37)% |
| Impacto no duration da obrigação atuarial | 7,90 | 9,51 | 8,67 | 9,77 |

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

| | 2022 | | 2021 | |
|---|--|--|--|--|
| | Benefício definido | Saúde pós-emprego | Benefício definido | Saúde pós-emprego |
| Taxa média nominal de desconto | 9,60% | 9,60% | 8,17% | 8,54% |
| Taxa média nominal de crescimento do custo salarial | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Taxa real de inflação dos custos médicos | N/A | 3,25% | N/A | 3,00% |
| Taxa média de inflação estimada no longo prazo | 3,25% | 3,25% | 3,00% | 3,00% |
| Duration (em anos) | 8,19 | 9,79 | 8,94 | 10,11 |
| SUSEP BR - EMSsb v2015 suavizada em 15% | AT-2000 Basic | SUSEP BR - EMSsb v2015 suavizada em 15% | AT-2000 Basic | AT-2000 Basic |
| Tábua de mortalidade | N/A | Light Média | N/A | Light Média |
| Tábua de entrada em invalidez | BR EMS sb v2010 (masc) | AT-1983 M | BR EMS sb v2010 (masc) | AT-1983 M |
| Tábua de mortalidade de inválidos | Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. | Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. | Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. | Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. Assistidos: jovem. |

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente nos fluxos de pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar a *deficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa. Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC). Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. f) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício dos planos que lhe deram origem. O plano de saúde

pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (RS 2.988 em 31 de dezembro de 2021). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte (por unidade de ações):

| | Total | | | | | |
|-----------------|--------------------|--------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
| | Otd. Acções vs RS | Ordinárias | RS | Pref. A | RS | Pref. B |
| Neoenergia S.A. | 149.544.434 | 1.705 | 26.895.780 | 306 | 82.878.409 | 945 |
| Outros | 2.453.175 | 28 | 324.889 | 4 | - | 2.777.464 |
| Total | 151.997.609 | 1.733 | 27.220.669 | 310 | 82.878.409 | 945 |

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) As ações preferenciais "Classe B" têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. 19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------------------------|-------|
| | Lucro básico e diluído por ação: | 881 |
| Lucro disponível aos acionistas ordinários | 158 | 168 |
| Lucro disponível aos acionistas preferenciais A | 528 | 563 |
| Lucro disponível aos acionistas preferenciais B | 1.567 | 1.669 |

Em unidades de ações

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------------|--------------------|
| Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias | 151.997.609 | 151.997.609 |
| Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A | 27.220.069 | 27.220.069 |
| Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B | 82.878.409 | 82.878.409 |
| Total | 262.096.087 | 262.096.087 |

Lucro básico e diluído por ação

| | | |
|--------------------------|------|------|
| Ação ordinária (RS) | 5,80 | 6,17 |
| Ação preferencial A (RS) | 5,80 | 6,17 |
| Ação preferencial B (RS) | 6,37 | 6,79 |

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.567 | 1.669 |
| Reserva legal | (70) | (75) |
| Reserva de incentivo fiscal | (168) | (192) |
| Remuneração a distribuir | 1.329 | 1.402 |
| Remuneração | | |
| Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado) | 332 | 351 |
| Remunerações intermediárias | 778 | 452 |
| Dividendos adicionais propostos | 219 | 599 |
| Total | 1.329 | 1.402 |

Natureza da remuneração

| | | |
|--------------|--------------|--------------|
| Dividendos | 917 | 1.122 |
| JCP | 412 | 280 |
| Total | 1.329 | 1.402 |

Remuneração total por ação

| | 2022 | | | 2021 | | |
|-------------------------------|------------------|-----------|-----------|-----------|-----|-----|
| | Valor deliberado | ON | PNA | PNB | PNB | PNB |
| Deliberação 2022 | | | | | | |
| RCA de 30 de março de 2022 | 97 | 0,3581130 | 0,3581130 | 0,3939243 | - | - |
| AGOE de 18 de abril de 2022 | 599 | 2,2168226 | 2,2168226 | 2,4385049 | - | - |
| RCA de 15 de junho de 2022 | 105 | 0,3904596 | 0,3904596 | 0,4295056 | - | - |
| RCA de 27 de julho de 2022 | 698 | 2,5815144 | 2,5815144 | 2,8396658 | - | - |
| RCA de 23 de setembro de 2022 | 103 | 0,3795270 | 0,3795270 | 0,4174797 | - | - |
| RCA de 15 de dezembro de 2022 | 107 | 0,3959629 | 0,3959629 | 0,4355592 | - | - |
| 2021 | 1.709 | | | | | |
| AGOE de 08 de abril de 2021 | 23 | 0,0854355 | 0,0854355 | 0,0939791 | - | - |
| RCA de 30 de junho de 2021 | 139 | 0,5147569 | 0,5147569 | 0,5662326 | - | - |
| RCA de 30 de junho de 2021 | 821 | 3 | | | | |

B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e o valor presente da ponta passiva da *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando-se as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|--------------------------------|---------------------|----------|------------------|-------------|------------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Swap US\$ pós vs RS pós | | | | | |
| Ativo | US\$ 98 | US\$ 113 | | 520 | 639 |
| Passivo | RS 318 | RS 364 | 2029 | (308) | (353) |
| Líquido | | | | 212 | 286 |

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|--------------------------------|---------------------|---------|------------------|-------------|------------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Swap US\$ pós vs RS pós | | | | | |
| Ativo | US\$ 54 | US\$ 60 | | 284 | 340 |
| Passivo | RS 179 | RS 197 | 2030 | (181) | (199) |
| Líquido | | | | 103 | 141 |

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|--------------------------------|---------------------|----------|------------------|-------------|------------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Swap US\$ pré vs RS pós | | | | | |
| Ativo | US\$ 421 | US\$ 298 | | 2.101 | 1.693 |
| Passivo | RS 2.009 | RS 1.371 | 2023 - 2027 | (2.062) | (1.424) |
| Líquido | | | | 39 | 269 |

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|---------------------------------|---------------------|--------|------------------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Swap EUR\$ pré vs RS pós | | | | | |
| Ativo | € 34 | € 34 | | 182 | 223 |
| Passivo | RS 153 | RS 152 | 2024 | (155) | (154) |
| Líquido | | | | 27 | 69 |

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do RS frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|-----------------------|---------------------|--------|------------------|-------------|----------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Desembolso USD | | | | | |
| Termo | US\$ 4 | US\$ 7 | 2023 - 2026 | (2) | 2 |
| Líquido | | | | (2) | 2 |

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do RS frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|-----------------------|---------------------|------|------------------|-------------|----------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Desembolso EUR | | | | | |
| Termo | € 1 | € 3 | 2023 - 2024 | (1) | - |
| Líquido | | | | (1) | - |

Programa de hedge para desembolsos em Reais: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em RS prefixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|-----------------------|---------------------|--------|------------------|-------------|----------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Desembolso USD | | | | | |
| Termo | US\$ 4 | US\$ 7 | 2023 - 2026 | (2) | 2 |
| Líquido | | | | (2) | 2 |

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 as demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluem, dentre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (e) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|------------------------------|---------------------|--------|------------------|-------------|----------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Swap RS pré vs RS pós | | | | | |
| Ativo | RS - | RS 336 | 2022 | - | 329 |
| Passivo | RS - | RS 335 | | (336) | - |
| Líquido | | | | (7) | - |

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em lene: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas. O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa:

| | Valor de referência | | | Valor justo | |
|-------------------------------|---------------------|------------|------------------|--------------|-------------|
| | 2022 | 2021 | Vencimento (Ano) | 2022 | 2021 |
| Swap JPY pré vs RS pós | | | | | |
| Ativo | JPY 14.981 | JPY 18.910 | | 593 | 934 |
| Passivo | RS 801 | RS 998 | 2026 - 2031 | (822) | (1.025) |
| Líquido | | | | (229) | (91) |

21.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Operação | Moeda | Risco | Cotação | Exposição Impacto (Saldo/ Provisão) | | Impacto Cenário (II) | | Impacto Cenário (III) | |
|---------------------------|--------------|---------------|---------|-------------------------------------|-------------|----------------------|-------------|-----------------------|-------|
| | | | | Nacional | Provável | (II) | (III) | (II) | (III) |
| Dívida em Dólar | Dólar (US\$) | Alta do Dólar | 5,2177 | (2.995) | (3.090) | (464) | (927) | | |
| Swap Ponta Ativa em Dólar | | | | 2.905 | 2.997 | 450 | 899 | | |
| Exposição Líquida | | | | (90) | (93) | (14) | (28) | | |
| Dívida em Euro | Euro (€) | Alta do Euro | 5,5694 | (191) | (198) | (30) | (59) | | |
| Swap Ponta Ativa em Euro | | | | 182 | 189 | 28 | 57 | | |
| Exposição Líquida | | | | (9) | (9) | (2) | (2) | | |
| Dívida em lene | lene (JPY) | Alta do lene | 0,0396 | (593) | (614) | (92) | (184) | | |
| Swap Ponta Ativa em lene | | | | 593 | 614 | 92 | 184 | | |
| Exposição Líquida | | | | - | - | - | - | | |

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

| Operação | Moeda | Risco | Cotação | Exposição (Saldo/ Provisão) | | Impacto Cenário (II) | | Impacto Cenário (III) | |
|---|--------------|----------------|---------|-----------------------------|----------|----------------------|----------|-----------------------|-------|
| | | | | Nacional | Provável | (II) | (III) | (II) | (III) |
| Item protegido: parte de desembolsos em USD | Dólar (US\$) | Alta do Dólar | 5,2177 | (24) | 3 | 6 | 6 | | |
| NDF | | Queda do Dólar | | 24 | (3) | (6) | (6) | | |
| Exposição Líquida | | | | - | - | - | - | | |
| Item protegido: parte de desembolsos em EUR | Euro (€) | Alta do Euro | 5,5694 | (4) | 1 | 1 | 1 | | |
| NDF | | Queda do Euro | | 4 | (1) | (1) | (1) | | |
| Exposição Líquida | | | | - | - | - | - | | |

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação | Indicador | Risco | Taxa no período | Exposição (Saldo/ Provisão) | | Impacto Cenário (II) | | Impacto Cenário (III) | |
|---|-----------|---------------|-----------------|-----------------------------|----------|----------------------|-------|-----------------------|-------|
| | | | | Nacional | Provável | (II) | (III) | (II) | (III) |
| ATIVOS FINANCEIROS | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras em CDI | CDI | Queda do CDI | 13,65% | 1.019 | 139 | (21) | (42) | | |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | | | | | |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | | | | | | | | | |
| Dívidas em CDI | CDI | Alta do CDI | 13,65% | (4.988) | (770) | (116) | (231) | | |
| Swaps CDI (Ponta Passiva) | CDI | Alta do CDI | 13,65% | (3.527) | (527) | (79) | (158) | | |
| Dívida em IPCA | IPCA | Alta do IPCA | 5,90% | (4.344) | (393) | (29) | (57) | | |
| Dívida em LIBOR 6M Swaps LIBOR 6M x CDI (Ponta Ativa) | LIBOR | LIBOR 6M | 5,14% | (803) | (49) | (6) | (13) | | |
| Dívida em SELIC | SELIC | Alta da SELIC | 13,65% | (78) | (13) | (2) | (3) | | |
| Dívida em TJLP | TJLP | Alta da TJLP | 7,37% | (1) | - | - | - | | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 as demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica CPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados a mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando indícios obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

| | Compra de Energia (1) | | Construção de Infraestrutura | |
|-------------------|-----------------------|------|------------------------------|------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| 2024 | 5.322 | | 1.905 | |
| 2025 | 5.635 | | 2.020 | |
| 2026 | 5.944 | | 2.261 | |
| 2027 | 6.313 | | 2.572 | |
| 2028 | 6.659 | | 2.621 | |
| Entre 2029 e 2033 | 28.984 | | 12.299 | |

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | CONSELHO FISCAL |
|--|---|
| Elena León Muñoz Presidente | Francisco Gaudio Presidente |
| Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Juliano Pansanato de Souza Leonardo Pimenta Gadelha | Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Carlos Célio de Andrade Santos Luiz Carlos Faria Ribeiro |
| Edison Antônio Costa Britto Garcia Rogério Aschermann Martins Dailton Pedreira Cerqueira | Titulares José Antonio Lamenza Gláucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes |
| Titulares Iane de Jesus | Marcella Selbach Garcia Wolff |
| Suplente lane de Jesus | Suplentes |
| DIRETORIA | CONTADORA |
| Luiz Antonio Ciarlini de Souza Diretor-Presidente Renato de Almeida Rocha | Carla Suelly Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87 |
| Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Luciana Maximino Maia | |
| Diretora de Planejamento e Controle Fabiano da Rosa Carvalho | |
| Diretor de Regulação | |

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO